

LAUDO TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE

**Prefeitura Municipal de Vargem-SP
Agosto 2024**

Local: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM

Endereço: RUA JOÃO MANSUR ABIB 340 - CENTRO, VARGEM/SP

Sumário

Laudo Técnico de Vistoria - Acessibilidade	3
1. Identificação e Localização	3
2. Objetivo.....	4
3. Metodologia Utilizada.....	4
4. Abreviaturas.....	4
5. Caracterização da Edificação.....	5
6. Análise Geral.....	6
6.1 Estacionamento	7
6.1.1 Principais Requisitos – Estacionamento	8
6.1.2 Parecer Geral – Estacionamento	13
6.1.3 Adequações a Serem Realizadas – Estacionamento.....	13
6.2 Rampa.....	14
6.2.1 Principais Requisitos – Rampa.....	16
6.2.2 Parecer Geral – Rampa.....	17
6.2.3 Adequações a Serem Realizadas – Rampa.....	17
6.3 Acesso e Circulação.....	17
6.3.1 Principais Requisitos – Acesso e Circulação.....	18
6.3.2 Parecer Geral – Acesso e Circulação.....	19
6.3.3 Adequações a Serem Realizadas – Acesso e Circulação	19
6.4 Sanitário P.C.R.	21
6.4.1 Principais Requisitos – Sanitário P.C.R.....	22
6.4.2 Parecer Geral – Sanitário P.C.R.....	22
6.4.3 Adequações a Serem Realizadas – Sanitário P.C.R.	23
6.5 Mobiliário Urbano	25
7. Considerações Finais.....	25
8. Encerramento.....	26

Laudo Técnico de Vistoria – Acessibilidade

1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO:

1.1 Interessado: Município de Vargem–SP

1.2 CNPJ: 67.160.507/0001-83

1.3 Imóvel objeto da Vistoria: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM – RUA JOÃO MANSUR ABIB 349 – CENTRO – VARGEM – SP



Fonte: GOOGLE EARTH

2. OBJETIVO:

O presente Laudo tem por objetivo avaliar as condições em relação à acessibilidade das instalações da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM, atestando as condições favoráveis e/ou apontando não conformidade, e ainda, indicando as referências normativas para adequações das não conformidades.

3. METODOLOGIA UTILIZADA:

Para a elaboração deste Laudo foram realizadas vistorias in loco, observando as questões

relativas a acessibilidades, tendo como base o seguinte:

- Estacionamento;
- Rampa;
- Acesso e Circulação;
- Sanitário P.C.R.

Este Laudo foi elaborado com base na legislação específica sobre acessibilidade, em vigor na esfera federal e estadual:

- Lei Federal 10.098 de 19/12/2000; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal 5.296 de 2004; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei Estadual 12.548 de 27/02/2007; consolida a legislação relativa ao idoso.
- Lei Federal 13.146 de 06/07/2015; institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Decreto Federal 9.404 de 11/06/2018; dispõe sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Resolução 973 do Contran - Aprova o Volume IV – Sinalização Horizontal, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito;
- NBR NM 313 - Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;
- NBR 9050/2021 da ABNT – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Decreto Federal 10.014 de 06/09/2019; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

4. ABREVIATURAS:

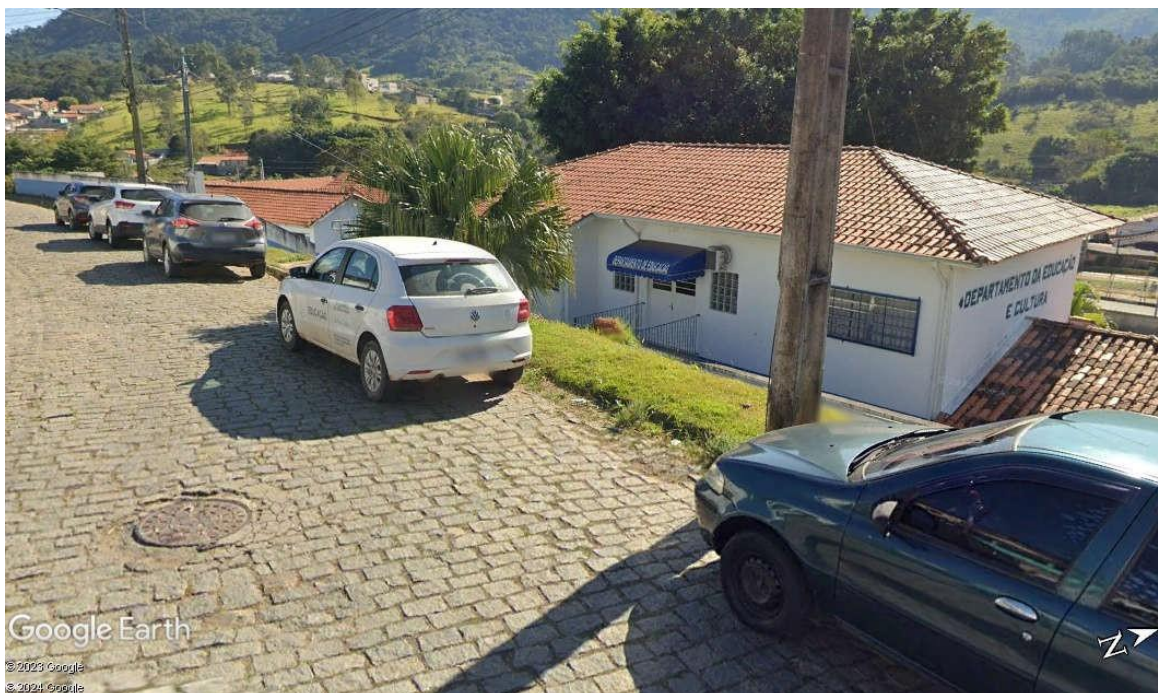
- M.R. - Módulo de Referência;
- P.C.R. - Pessoa em Cadeira de Rodas;
- P.M.R. - Pessoa com Mobilidade Reduzida;
- P.O. - Pessoa Obesa;

- P.D.V - Pessoa com Deficiência Visual;
- S.I.A. - Símbolo Internacional de Acesso;
- A.B.N.T. - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- N.B.R. - Normas Brasileiras Regulamentadoras.

5. CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:

O terreno ocupado pela edificação que abriga a Secretaria de Educação do Município de Vargem, faz frente e é acessado pela Rua João Mansur Abib. A edificação ocupa único pavimento, de um bloco de edificação localizado em terreno ocupado pela Creche Lucas Morbidelli Caciani. A interligação com o piso da creche é por meio de escada de acesso restrito. O acesso principal ao imóvel fica na Rua Mansur João Abib, e abaixo do nível da rua. O acesso ocorre por rampa e escada. Não possui estacionamento de veículos.

FOTO 1 – FACHADA PRINCIPAL



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

6. ANÁLISE GERAL:

Com base na caracterização do imóvel descrita no tópico anterior, seguiremos com a análise dos itens relativos à acessibilidade do imóvel. A descrição de cada item seguirá uma forma padronizada, onde primeiramente caracterizaremos a situação, objeto da análise. Serão posteriormente descritos os principais requisitos que tangem a análise, na sequência, será disposto um parecer geral, onde também serão apontadas as não conformidades, e o encerramento de cada item se dará com a determinação dos itens a serem adequados e as referências para as execuções das adequações.

6.1 ESTACIONAMENTO:

Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas, devem ser reservadas vagas para pessoas idosas e com deficiência.

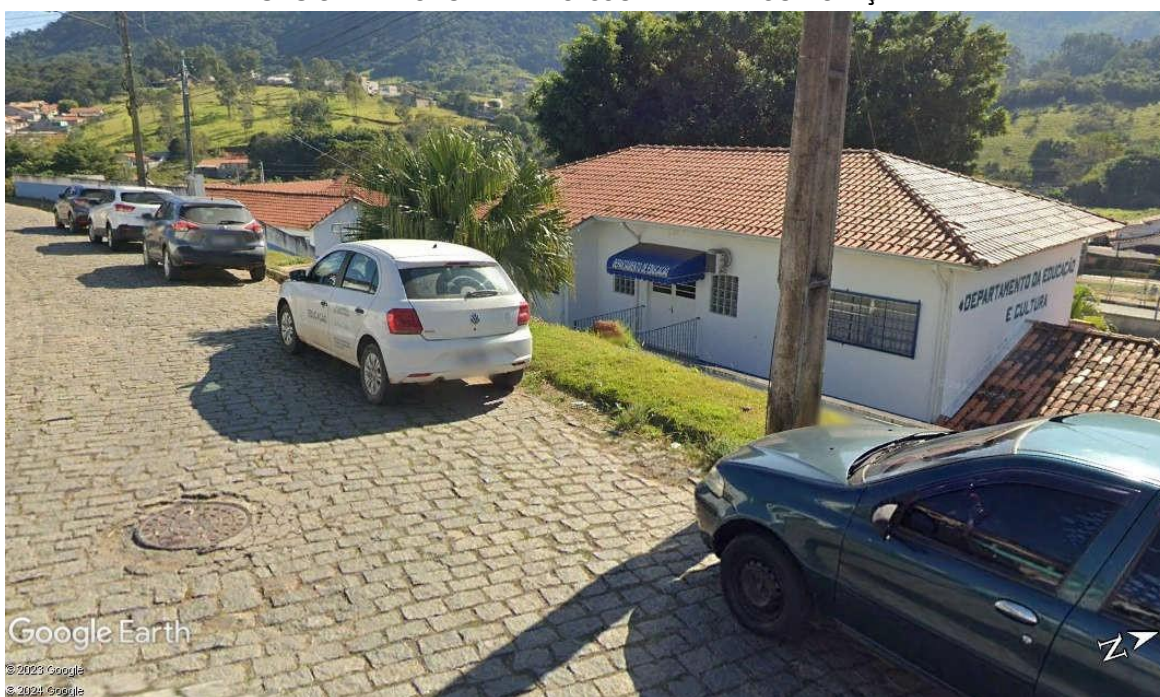
A edificação não possui estacionamento.

FOTO 2 – VIA PÚBLICA SEM TRAVESSIA DE PEDESTRES E COM CALÇADA EM DESCONFORMIDADE



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

FOTO 3 – TRECHO PARA ACESSO A RAMPA SOB CALÇADA



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

6.1.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – ESTACIONAMENTO.

Dimensionamento em relação a quantidade de vagas especiais:

- 2% do total de vagas de estacionamentos, observando no mínimo a existência de 1 vaga deve ser reservado para uso de P.C.R., conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- 5% do total de vagas de estacionamento deve ser reservado para uso de idosos, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007.

Exigências em relação a localização das vagas:

- A vaga P.C.R. deve ser posicionada próximo aos acessos, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- As vagas para idosos devem ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007;
- As vagas especiais devem compor a rota acessível, na impossibilidade de execução da rota entre o estacionamento e acessos. Para vagas especiais, deverão ser previstas as distâncias de no máximo 50m de acesso acessível, conforme item 6.2.4 da NBR 9050/2021.

Exigências em relação a sinalização das vagas:

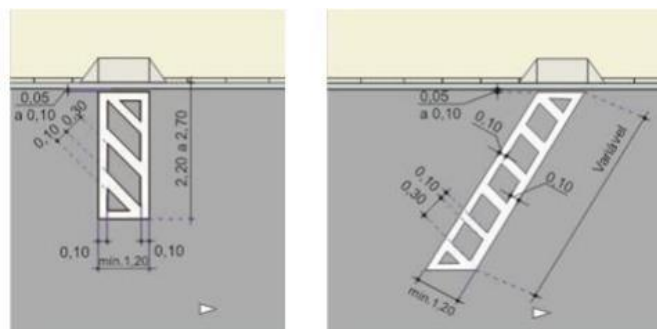
- A vaga P.C.R. deve ser devidamente sinalizada, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- As vagas reservadas a pessoa com deficiência ou comprometimento de mobilidade devem ser dimensionadas de forma a garantir, tanto para o condutor quanto para o conduzido, o embarque e desembarque, bem como o acesso ao local de interesse.
- A sinalização deverá ser composta por sinalizações Verticais e Horizontais.

Sinalização Horizontal:

- Cada vaga reservada deve ser demarcada com a marca delimitadora (largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca) de estacionamento regulamentado e com o Símbolo Internacional de Acesso – SIA;

- Área de proteção de estacionamento: Trata-se de uma marca de canalização destinada a permitir o embarque e desembarque com segurança, da pessoa com deficiência com comprometimento da mobilidade. Deve estar sempre associada a marca delimitadora de estacionamento regulamentado. Deve possuir largura mínima de 1,20m e ser demarcada na cor branca, podendo ser compartilhada por 2 vagas e dispensada quando a vaga é adjacente a uma faixa de travessia de pedestres, ou quando a vaga tem largura mínima de 3,60m, conforme figura 1:

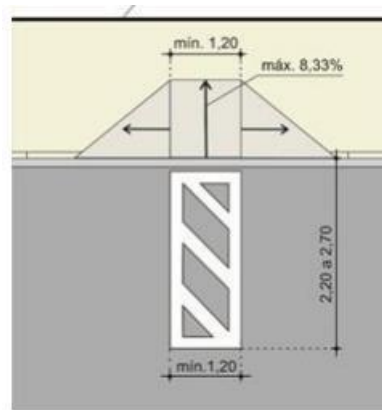
- **Figura 1 - MODELOS DE SINALIZAÇÃO DE MARCA DELIMITADORA.**



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- No caso de desnível entre a área de proteção de estacionamento e o passeio deve ser feito rebaixamento do piso com rampa de acesso e abas laterais. O rebaixamento deve estar associado a área de proteção de estacionamento. A rampa de acesso deve: ter largura mínima de 1,20m; ter inclinação constante e de no máximo 8,33%. A rampa de acesso não deve: apresentar desnível (degrau) na junção com a pista; possuir piso tátil de alerta. As abas laterais devem, sempre que possível, ter uma inclinação de 8,33%, admitindo-se nos casos de impraticabilidade uma largura mínima de 0,50m. No caso de interferências físicas com impossibilidade de remoção, tais como árvores, jardins, poços de visita, colunas e outros obstáculos, as abas podem ser dispensadas. A Figura 2 apresenta um rebaixamento padrão.

FIGURA 2 - MODELOS DE REBAIXAMENTO PADRÃO

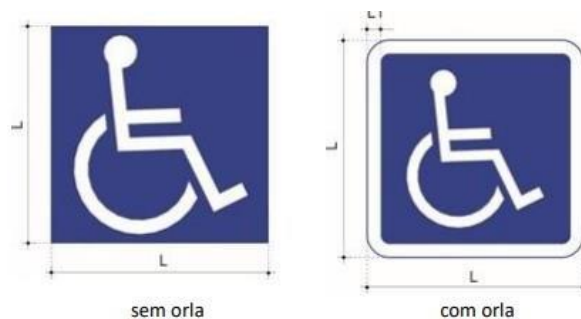


FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Vaga especial para pessoa com deficiência ou com comprometimento de mobilidade:

- Deve ser demarcada com a marca delimitadora de estacionamento regulamentado e com o Símbolo Internacional de Acesso – SIA devendo sempre estar voltado para o lado direito. Nos casos em que é necessário dar contraste com o pavimento deve ser utilizado o SIA com orla.

FIGURA 3 - SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO (SIA)



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- A vaga, quando perpendicular, deve ter comprimento mínimo de 5,0m e largura mínima de 2,40m. O Símbolo Internacional de Acesso - SIA deve ser locado conforme demonstrado na figura 4:

FIGURA 4 – SINALIZAÇÃO VAGA PERPENDICULAR



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Sinalização vertical:

- Fica a critério do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via o uso do sinal vertical de regulamentação “Estacionamento Regulamentado” – R-6b, com a mensagem “COM CREDENCIAL” e Símbolo Internacional de Acesso- SIA, conforme desenho da Figura 5, podendo ser acrescentadas informações conforme desenho da Figura 6.

FIGURA 5 E 6 - MODELOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE REGULAMENTAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DESTINADAS EXCLUSIVAMENTE A VEÍCULOS QUE TRANSPORTEM PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO, CONFORME RESOLUÇÃO 965/2022.

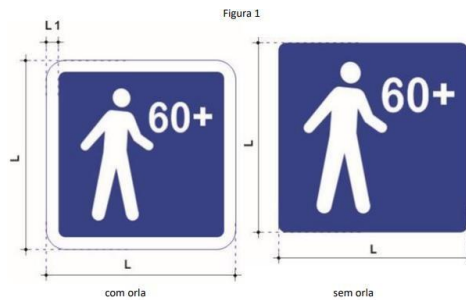


FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Vaga especial Idoso:

- Sinalização de vagas reservadas a pessoa idosa, deve ser demarcada com a marca delimitadora (largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca) de estacionamento regulamentado e com o Símbolo “Idoso”, conforme figura 7.

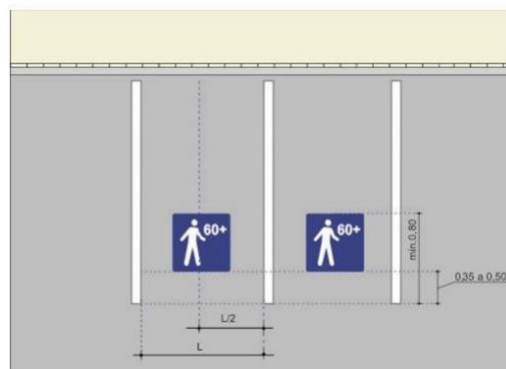
FIGURA 7 – SÍMBOLO “IDOSO”



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- A vaga destinada ao idoso, quando perpendicular, deve ter largura mínima de 2,20 m e comprimento (L) variável. O símbolo Idoso deve ser locado conforme demonstrado nas Figuras 8.

FIGURA 8 – SINALIZAÇÃO DE VAGA PERPENDICULAR



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Sinalização Vertical:

- Fica a critério do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via o uso do sinal vertical de regulamentação R-6b - “Estacionamento Regulamentado”, com o Símbolo Idoso e com a mensagem “COM CREDENCIAL” conforme desenho da Figura 9, podendo ser acrescentadas informações, conforme exemplo da Figura 10.

FIGURA 09 E 10 – MODELOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DESTINADOS A IDOSOS, CONFORME RESOLUÇÃO 965/2022.



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

6.1.2 PARECER GERAL – ESTACIONAMENTO:

A edificação não possui estacionamento.

A via pública na qual o imóvel é acessado não possui faixa de travessia de pedestres, e as condições das calçadas estão em desconformidade com as determinações da NBR (largura da faixa de circulação e existência de obstruções, como postes e árvores sob as mesmas, e revestimento do piso).

11

6.1.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – ESTACIONAMENTO:

- Execução do piso de concreto externo, pois hoje piso se encontra na terra batida os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável e não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapantes, sob qualquer condição (seco ou molhado).

- Execução de sinalização vertical e horizontal, conforme descrito no item 6.1.1.
- Interligação da rota acessível aos polos de atração.
- O estacionamento deve possuir uma faixa de circulação de pedestre que garanta um trajeto seguro, com largura mínima de 1,20 m até o local de interesse.
- Os portões de acesso a garagens manuais ou de acionamento automático devem funcionar sem colocar em risco os pedestres. A superfície de varredura do portão não pode invadir a faixa livre de circulação de pedestre e deve contar com sistema de sinalização.
- Execução do piso de concreto externo, pois hoje piso se encontra na terra batida os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável e não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapantes, sob qualquer condição (seco ou molhado).
- Execução de sinalização vertical e horizontal, conforme descrito no item 6.1.1.
- Interligação da rota acessível aos polos de atração.
- O estacionamento deve possuir uma faixa de circulação de pedestre que garanta um trajeto seguro, com largura mínima de 1,20 m até o local de interesse.
- Os portões de acesso a garagens manuais ou de acionamento automático devem funcionar sem colocar em risco os pedestres. A superfície de varredura do portão não pode invadir a faixa livre de circulação de pedestre e deve contar com sistema de sinalização.

6.2 RAMPA:

São consideradas rampas às superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5 %. Para garantir que uma rampa seja acessível, são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o número máximo de segmentos.

Conforme descrito nas seções anteriores, o acesso principal ao imóvel é pela via pública por meio de escada e rampa. E também existe uma escada interna, que interliga a Secretaria da Educação a Creche Lucas Morbidelli Caciani.

FOTO 3 – ESCADAS E RAMPA



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

FOTO 4 – PATAMAR SEM PISO TÁTIL



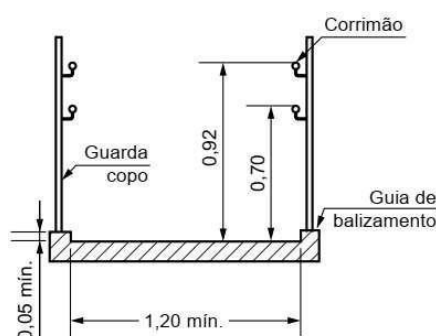
FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

6.2.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – RAMPA:

Dimensionamento geral das rampas, conforme item seção 6.6 da NBR 9050/2021:

- Fica estabelecida a largura recomendável de 1,50, sendo admitido 1,20 e até 0,90 (m), para adaptações em edificações existentes;
- Inclinações e números de lances são dispostos nas tabelas de dimensionamento da NBR 9050/2021;
- Corrimãos e guarda corpos, conforme item 6.9 da NBR 9050/2021;
- Continuidade e ininterrupção dos corrimãos, e avanço de 0,30 (m) paralelamente em direção ao patamar em ambas as extremidades (sem prejudicar a circulação);
- Na ausência de paredes laterais, prever elementos de segurança, como guarda-corpos e guia de balizamento.

Figura 11 – DETALHES GUIA DE BALIZAMENTO



FONTE: NBR 9050/2021

Sinalização, conforme seção 5 da NBR 9050/2021.

- Os corrimãos devem ter sinalização tátil (caracteres em relevo e em Braille), identificando o pavimento;

- Sinalização tátil e visual de alerta, no início e fim dos lances de escadas e rampas.

6.2.2 PARECER GERAL – RAMPA:

A rampa de acesso existente no local está em desconformidade com a NBR 9050/2021. As correções das áreas deverão seguir conforme descritivo abaixo:

6.2.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – RAMPA:

- Realizar manutenção nos guarda corpos e corrimãos existentes, afim de garantir as condições de resistência e rigidez, atendendo ao item 6.9 da NBR 9050/2015.
- Adequar a sinalização tátil nos corrimãos prevendo também a sinalização em relevo dos caracteres, além do sistema braile; e a manutenção em relação as placas que se soltaram, atendendo o item 5.4.3 da NBR 9050/2015.
- Prever a manutenção das sinalizações visuais nas escadas, atendendo ao item 6.4.4.2 da NBR 9050/2015 (ver figura 14).

6.3 ACESSO E CIRCULAÇÃO:

A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação.

FOTO 3 – PISO TÁTIL DIRECIONAL E PISO TÁTIL DE ALERTA EM TRANSPOSIÇÃO DE PORTAS
INSTALADOS EM DESCONFORMIDADE



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

FOTO 4 – PISO TÁTIL DE ALERTA APLICADO NO LOCAL INCORRETO NA E INEXISTÊNCIA DE CONTRASTE COM O PISO EXISTENTE EM AMBAS AS SITUAÇÕES.



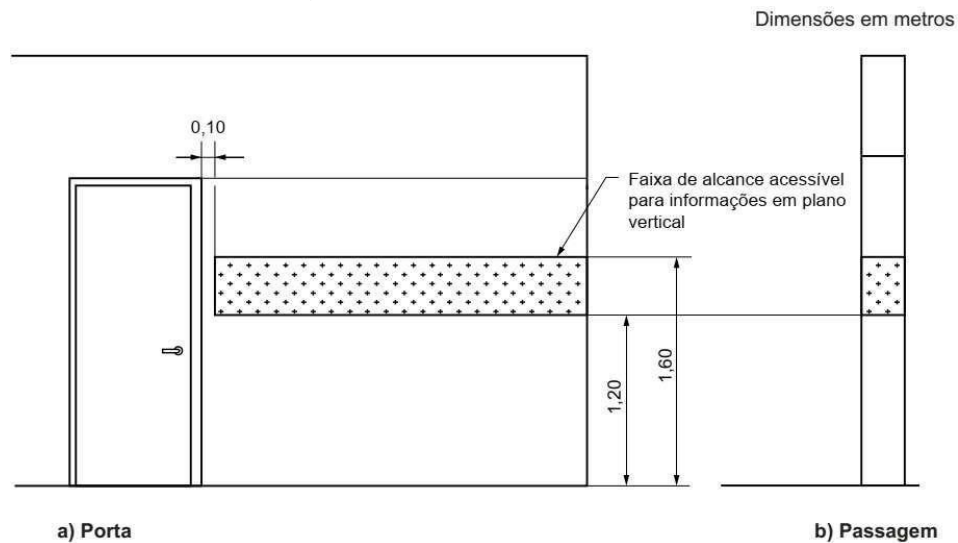
FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

6.3.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – ACESSO E CIRCULAÇÃO.

Entradas e rotas acessíveis, conforme item 6.2 da NBR 9050/2021:

- Remoção de piso tátil direcional instalado que encontra se em desconformidade com a NBR 9050/2015 (ver fotos 4 e 5).
- Remoção de piso tátil de alerta instalado na transposição de portas em desconformidade com a NBR 9050/2015 (ver fotos 4 e 5).
- Adequação do piso tátil de alerta na escada externa, bem como substituição dos pisos táteis em escada e rampa externa visando o contraste do piso tátil com o piso existente, em atendimento ao item 5.4.6 da NBR 9050/2015.
- Execução de sinalização por piso tátil no início da rampa externa, em atendimento ao item 5.4.6 da NBR 9050/2015.
- Execução de piso tátil nos patamares da escada interna, em atendimento ao item 5.4.6 da NBR 9050/2015. E manutenção do piso danificado, em atendimento ao item 6.3.2 da NBR 9050/2015.

FIGURA 12 – FAIXA DE SINALIZAÇÃO ACESSÍVEL PARA PORTAS E PASSAGENS



FONTE: NBR 9050/2021

- Devem ser previstos planos e mapas acessíveis, constituídos de representações visuais, táteis e/ou sonoras, para orientação de lugares e rotas.

6.3.2 PARECER GERAL – ACESSO E CIRCULAÇÃO.

A edificação analisada atende parcialmente aos principais requisitos em relação a acessos e circulação, tais como, rotas acessíveis, transposições verticais, revestimentos, inclinações e desníveis; além de largura de corredores e portas. Ressalvando os itens a serem adequados conforme descritos neste Laudo.

Quanto a sinalização informativa e direcional das entradas e saídas acessíveis, bem como, planos e mapas acessíveis, informamos que além da sinalização aplicada o edifício dispõe de acessibilidade receptiva

6.3.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – ACESSO CIRCULAÇÃO.

- Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos

estes ambientes devem ser acessíveis;

- Em complexos educacionais e campi universitários, quando existirem equipamentos complementares, como piscinas, livrarias, centros acadêmicos, locais de culto, locais de exposições, praças, locais de hospedagem, ambulatórios, bancos e outros, estes devem ser acessíveis;

- O desnível pelo qual se faz o acesso principal da edificação deve ser executado de forma que não haja irregularidade ou saliência. Além disso, a sinalização do piso tátil deve ser devidamente adequada, considerando que todas as rampas deverão possuir piso tátil de alerta com largura entre 0,25 m e 0,60 m, distante no máximo 0,32 m da mudança de plano, localizado antes do início e após o término da rampa;
- Adequar inclinação da calçada e materialidade. Os materiais de revestimento e acabamento de piso, devem ter superfície regular, firme, estável e não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapantes, sob qualquer condição (seco ou molhado). Deve-se evitar a utilização de padronagem na superfície do piso que possa causar sensação de insegurança;
- A calçada precisará contar com faixa livre ou passeio, destinada exclusivamente à circulação de pedestres. Deve ser livre de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3 %, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre;
- Interligar à rota acessível aos polos de atração;
- Inserir sinalização informativa e direcional da localização das entradas e saídas acessíveis;
- Portas e passagens, devem ter números e/ou letras e/ou pictogramas e sinais com texto em relevo, incluindo Braille. Todas as portas de sanitários, banheiros e vestiários devem ser sinalizadas;
- A sinalização das portas, deve ser centralizada e não pode conter informações táteis. Para complementar a informação instalada na porta, deve existir informação tátil ou sonora na parede adjacente a ela ou no batente;
- As informações essenciais aos espaços na edificação, no mobiliário e nos equipamentos urbanos devem ser utilizadas de forma visual, sonora ou tátil, de acordo com o princípio dos dois sentidos e conforme a Tabela abaixo;

FIGURA 13 – APLICAÇÃO E FORMAS DE INFORMAÇÃO E SINALIZAÇÃO

Aplicação	Instalação	Categoria	Tipos		
			Visual	Tátil	Sonora
Edificação/ espaço/ equipamentos	Permanente	Direcional/ informativa ^a			
		Emergência			
	Temporária	Direcional/ informativa			
		Emergência ^a			
Mobiliários	Permanente	Informativa ^a			
	Temporária	Informativa			

NOTA As peças de mobiliário contidas nesta Tabela são aquelas onde a sinalização é necessária, por exemplo, bebedouros, telefones etc.

^a Apresenta duas formas de aplicação: linha superior ou linha inferior.

FONTE: NBR 9050/2021

- Os elementos de sinalização essenciais devem ser instalados nos sanitários, banheiros, vestiários e acessos verticais;
- Adequação do piso tátil.

6.4 SANITÁRIO P.C.R.:

Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros da Norma quanto às quantidades mínimas necessárias, localização, dimensões dos boxes, posicionamento e características das peças, acessórios, barras de apoio, comandos e características de pisos e desnível. Os espaços, peças e acessórios devem atender aos conceitos de acessibilidade, como as áreas mínimas de circulação, de transferência e de aproximação, alcance manual, empunhadura e ângulo visual.

6.4.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – SANITÁRIO P.C.R.:

- Exigências quanto a localização, conforme item 7.4 da NBR 9050/2021;
- Devem ser localizados em rotas acessíveis próximos a circulação principal;
- Dimensionamento quanto a quantificação, conforme item 7.4.3 e Tabela 7 da NBR 9050/2021;
- Nos edifícios públicos, existentes, deve ser previsto um sanitário acessível, com acesso independente por pavimento;
- Quanto a dimensão dos sanitários acessíveis, seguir o contido no item 7.5 da NBR 9050/2021;
- O referido item estabelece além das dimensões o posicionamento das peças sanitárias e barras, bem como, das áreas de transferência, área de manobra, entre outros;
- Demais itens da seção 7 da NBR 9050/2021, estabelece todos os requisitos a serem observados em relação aos elementos que compõe a execução do banheiro acessível.

PARECER GERAL – SANITÁRIO P.C.R..

A edificação não possui sanitário acessível.

6.4.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – SANITÁRIO P.C.R.:

Execução de banheiro acessível de acesso independente, conforme item 7.4.3 e tabela 9 da NBR 9050/2021, deve possuir pelo menos um. O banheiro acessível deve ser executado observando a disposição do item 6.5.1 deste Laudo e item 7 da NBR 9050/2021. Segue detalhamento em relação a dimensão, posicionamento de bacia, lavatório, barras, etc.

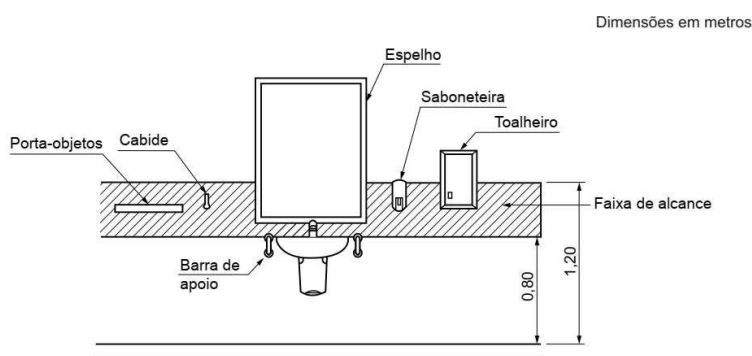
ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – BANHEIROS.

- Recomenda-se que, nos conjuntos de sanitários, seja instalada uma bacia infantil;
- Incluir sinalização no acesso ao sanitário;
- A bacia sanitária deve possuir entre 0,43m e 0,45m do piso acabado. Com o assento, esta altura deve ser no máximo de 0,46m;
- O mecanismo de acionamento de descarga em caixa acoplada pode ser por alavanca, sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes;

- Recomenda-se a instalação da ducha higiênica dotada de registro de pressão para regulação da vazão. Esta ducha deve ser instalada ao lado da bacia sanitária e dentro do alcance manual de uma pessoa sentada;
- Deve ser instalado dispositivo de alarme de emergência próximo à bacia. Recomenda-se a instalação de dispositivos adicionais em posições estratégicas, como lavatórios e portas, entre outros. A altura de instalação deve ser de 40 cm do piso. Os dispositivos devem ter cor que contraste com a cor da parede;
- As barras de apoio da bacia sanitária devem ser instaladas conforme diretrizes do item 7.7.2.3.3 da NBR 9050/2021;
- As barras de apoio do lavatório deverão ser instaladas conforme figura D, do item 7.8.1 da NBR 9050/2021;
- Nos sanitários coletivos, recomenda-se a instalação de um boxe com barra de apoio para uso por pessoas com mobilidade reduzida;
- Nos boxes comuns, as portas devem possuir vão livre mínimo de 0,60m (edificação existente) e área livre com no mínimo de 0,60m de diâmetro;
- Os tampos para lavatórios devem garantir no mínimo uma cuba com superfície superior entre 0,78 m e 0,80 m, e livre inferior de 0,73 m. Devem ser dotados de barras. Quando se tratar de bancada com vários lavatórios, as barras de apoio devem estar posicionadas nas extremidades do conjunto, podendo ser em apenas uma das extremidades;
- Quando houver mictório, pelo menos um em cada sanitário deve conter área de aproximação para P.M.R, válvula instalada a 1,00m do piso, preferencialmente por sensor eletrônico e barra de apoio. Recomenda-se que os mictórios para P.M.R. e P.C.R. sejam instalados o mais próximo possível da entrada dos sanitários;
- Instalação de espelho plano acima da pia, com no máximo 0,90m do piso e 0,90m de altura;
- A papeleira da bacia sanitária, quando de sobrepor, deve ser alinhada com a borda frontal da bacia, o acesso ao papel deve ser livre e de fácil alcance. Não podem ser instaladas abaixo de 1,00m de altura do piso acabado, para não atrapalhar o acesso á barra;
- Deve ser instalado cabide junto ao lavatório, com altura entre 0,80m e 1,20m do piso acabado;

- Deve ser instalado um porta-objeto junto ao lavatório e a bacia sanitária, a uma altura entre 0,80m e 1,20m com profundidade máxima de 0,25m, em local que não interfira nas áreas de transferência, manobra e utilização das barras de apoio. O porta-objeto não pode ter cantos agudos e superfícies cortantes ou abrasiva;
- Realizar instalações de acessórios, conforme figura 15;
-

FIGURA 15 – FAIXA DE ALCANCE INSTALAÇÃO DE ACESSÓRIOS



FONTE: NBR 9050/2021

6.5 MOBILIÁRIO URBANO – CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que todo mobiliário urbano atenda aos princípios do desenho universal. Proporcionando ao usuário segurança e autonomia de uso, assegurando dimensão e espaço apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade do usuário, ser projetado de modo a não se constituir em obstáculo suspenso, bem como, não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes, estar localizado junto a uma rota acessível e ser sinalizado. Recomenda-se também que elementos do mobiliário interno sejam acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo.

Quando forem utilizadas cadeiras do tipo universitário (com prancheta acoplada), devem ser disponibilizadas mesas acessíveis à P.C.R na proporção de pelo menos 1 %, para cada caso, do

total de cadeiras, com no mínimo uma para cada duas salas.

As lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso. Deve ser garantida a área de aproximação lateral e manobra da cadeira de rodas.

Todos os elementos do mobiliário da edificação, como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, devem ser acessíveis

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As informações apresentadas neste laudo representam a situação no dia da respectiva vistoria, podendo haver alterações das condições em função de modificações ocorridas após a mesmas.

8. ENCERAMENTO:

Este Laudo é composto de 31 páginas, e assinado pelo responsável técnico pela elaboração.

São Paulo, 25 de agosto de 2024.

Ingrid da Silva Pereira

Eng Civil – CREA: